MODALIDADE DO TRABALHO: ARTIGO COMPLETO

GRUPO DE TRABALHO: GT 5 – Economia do trabalho, Economia Solidária, Cooperativismo

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: (X) ORAL ( ) PAINEL

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Francisco Alves Queiroz[1]
Laumar Neves de Souza[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar historicamente, as relações da categoria trabalho com o desenvolvimento econômico, sua transição da forma escrava até a assalariada e a evolução de seu conceito. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico, que descreve os aspectos conceituais do trabalho a partir do prisma marxista. A pesquisa parte da premissa de que a capacidade produtiva da sociedade está aliada ao uso do trabalho como mercadoria e que a classe burguesa produz riqueza via a exploração do trabalhador. O investimento no trabalhador não acompanha o processo de incorporação de progresso tecnológico nas máquinas e equipamentos, e isso promove um desequilíbrio estrutural na sociedade. O acúmulo da riqueza se deu, primeiramente, pela nobreza e clero, e agora se dá por uma classe burguesa capitalista. A sociedade e o Estado devem se empenhar em produzir um mercado de trabalho menos fragmentado, com a amplificação das relações assalariadas, sujeitas à proteção social e a homogeneização das condições de trabalho. Considera que um dos fatores principais para o efetivo desenvolvimento é a criação de emprego, com remuneração que permita a manutenção das condições essenciais à vida.

Palavras-chave: Trabalho. História. Desenvolvimento socioeconômico.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta mais uma contribuição para a compreensão do conceito de trabalho, dialoga historicamente sobre sua função no processo do desenvolvimento das forças produtivas e dos modos de produção. Parte da premissa de que a capacidade produtiva do trabalho, aliado à expansão da renda real do trabalhador ocupado e a incorporação de progresso tecnológico nos processos produtivos são as bases para o desenvolvimento socioeconômico.

Nesta discussão foi procurado desvendar numa linha marxista as verdadeiras relações entre trabalho, capital e desenvolvimento na sociedade capitalista. Admite-se a existência de outra vertente, as

[1] Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities. Professor da Faculdade Adventista da Bahia (FABDA) e professor substituto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: professor@franciscoqueiroz.com.br.
[2] Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities.

concepções de Max Weber, dos economistas liberais fundadas nas teorias de Smith e de David Ricardo – Escola Clássica, os quais se propuseram a estudar e definir padrões e modelos de organização e desenvolvimento da sociedade para a produção capitalista. Essa é uma vertente que teve como objetivo harmonizar forçadamente os conflitos entre trabalho e capital, desconsiderando ou minimizando a existência antagônica das classes sociais[3].

E reconhecendo a importância, antes de entrar na análise da categoria trabalho pela vertente escolhida é prudente discorrer sobre as concepções liberais. Adam Smith publicou seu livro em 1776, o primeiro pensador a apresentar o trabalho como geração de valor, numa vertente econômica, de que o trabalho está na base da produção de riqueza do modo de produção capitalista. Esse autor não demonstrou preocupação com o desemprego, acreditava que o mercado desregulado, sob a égide da *mão-invisível* poderia gerar o equilíbrio nos salários e na oferta de postos de trabalho. Ricardo publica suas ideias em 1817, moderniza as concepções de Smith, e estabelece uma Teoria do Valor Trabalho, a qual define que as mercadorias numa economia capitalista devem ser trocadas em proporção a quantidade de trabalho nelas contidas. O valor vem do custo de trabalho incorporado na mercadoria. Ele divide o trabalho em duas partes, o imediato, ação humana direta para produzir algo, e o mediato, que se refere ao trabalho incorporado nas máquinas. Ricardo também acredita na desregulação do mercado como mecanismo de manter equilíbrio entre o emprego e desemprego, não se preocupa com as condições de vida do trabalhador e afirmou que os salários deveriam ser mantidos a nível de subsistência dos trabalhadores.

Observado de que a interpretação liberal trata a categoria trabalho de maneira meramente econômica, e que não há uma preocupação com a efetiva melhora das condições vida do trabalhador, optou-se por fazer uma discussão sobre um referencial teórico mais filosófico e sociológico, que concebe o trabalho como categoria fundante da sociedade. E assim, nesta empreitada, recorreu-se a estudos de Marx, Lucáks e seus percussores: Harvey, Francisco Oliveira, Celso Furtado, Milton Santos, Ricardo Antunes e Márcio Pochmann.

As leituras de Marx e Lucáks[4] permitiram compreender que o trabalho é a relação social que altera a vida do sujeito e do meio ambiente. Harvey (1982) completa que ao dizer o trabalho garante ao homem a sobrevivência e a evolução e, quanto ao espaço, o modifica, transforma a natureza primitiva em natureza construída. É o principal mecanismo de integração social, além de ser fator relevante ao processo de reprodução e acumulação capitalista, elemento primário de todas as formas de desenvolvimento.

O objetivo deste artigo, precisamente, é analisar como a categoria trabalho transitou pelos modos de produção até se consolidar como assalariado e sua relação com o desenvolvimento econômico da

[3] Essas crenças fundamentaram-se na interpretação do pensamento de Gramsci, Hannah Arendt e István Mészáros em debates com os professores Alfredo da Mata e Celso Antonio Fávero da UNEB.

[4] "O trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados a transformar objetos naturais em valores de uso." (LUCÁKS, 2011, p. 47)

sociedade. Consiste em um estudo bibliográfico, que descreve os aspectos conceituais do trabalho, discorre sobre os aspectos históricos do papel do trabalho nos modos de produção, de como transitou do escravo, servil, até evoluir para o trabalho remunerado. Por essa via, apresenta-se uma compressão da categoria trabalho numa concepção sociológica e econômica inserido na ciclidade da História; e assim este artigo, apresenta que o trabalho é o agente efetivo do desenvolvimento socioeconômico de um país.

TRAÇOS HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: escravo, servil e assalariado.

Para compreender o conceito aceito neste texto de trabalho no qual ele insere o homem enquanto ser social, transforma a natureza primitiva e essa natureza transformada modica as relações sociais e o próprio homem, é necessário uma breve descrição histórica dos modos de produção afim de compreender a evolução das relações de trabalho, desde do sistema escravista até ao assalariado[5]. A partir disso é possível visualizar como a revolução industrial consolidou o capitalismo e as relações de trabalho remunerado.

Os modos de produção referem-se à forma como as forças produtivas de uma sociedade e suas relações de produção estão organizadas socioeconomicamente, ou seja, refere-se como a riqueza está organizada e distribuída. O primeiro modo de produção que se pode observar na humanidade é o primitivo, uma formação econômica e social que predominou por centenas de milhares de anos. Os homens basicamente não produziam seus alimentos, trabalhavam em conjunto, caçavam, pescavam, colhiam frutos na natureza e dividiam tudo coletivamente, não existia Estado, propriedade privada e as terras e os meios de produção eram de todos. Esse modo predominou até o homem iniciar o processo de produção de bens para o consumo e adotou o conceito de propriedade. Desse momento em diante, algumas tribos começaram a desejar as terras e as riquezas das tribos vizinhas e assim começaram as guerras. Saqueados e explorados, os vencidos eram transformados em escravos, produzindo alimentos e bens para os seus senhores. O escravo não era dono de nada, nem do seu próprio corpo, era uma coisa, como uma ferramenta, lotes terras, gados que pertenciam a seu senhor.

O modo escravista surgiu como atividade econômica no Egito, mas foi na antiga Grécia, Séc. V a.C, que foi juridicamente garantido como modo de produção dominante, com o surgimento e organização do Estado (ROSSI, 2005) e posteriormente foi mais amplamente difundido pelo Império Romano. Paralelamente, de maneira muito similar quanto aos métodos do modo de produção escravo, pode-se observar o modo de produção asiático que predominou na China, Índia, Egito e parte oriental da África. Na sociedade, e dentro desse modo de produção, existia certa hierarquia, composta pelo Estado,

[5] Robert Castels observando a grande difusão do salário constrói o “conceito de sociedade salarial”, resultante da relevância social do fator salário na identificação e participação do trabalhador. (CASTELS, 2015)

por nobres (os senhores), por camponeses (teoricamente homens livres) e escravos que produziam e se necessário guerreavam para manter a riqueza e grandeza de seus nobres. Os modos de produção tinham como geração de riqueza a partir da exploração do trabalho escravo, foram predominante na Europa até a queda do Império Romano (século IV dC). A crise do modelo escravista romano aliado ao movimento migratório germânico dessa época, ao unir os saberes e costumes dessas duas culturas, abriram espaços para um processo de grandes transformações econômicas, políticas e sociais na sociedade europeia. Surgiu, assim, o modo de produção feudal**,** que exercia práticas de colonato, clientela, servidão e unidade produção autossuficiente.

No sistema feudal, o camponês realizava trabalho compulsório (obrigatório) nas terras do senhor feudal, aos quais também pagavam arrendamento das terras onde moravam e cultivavam independente do quanto produziam. As forças produtivas, as ferramentas e técnicas de trabalho apesar de rudimentares eram de propriedade dos trabalhadores, no entanto, estes eram presos à terra, não podiam difundir suas técnicas ou simplesmente saírem de onde trabalhavam. A relação de servidão se realizava de três formas. A primeira, o senhor feudal se apropriava da renda-trabalho (*Córveia*), horas de trabalho que o servo teria que prestar nas terras do senhor feudal; a segunda, renda-espécie, os servos eram obrigados a ceder parte de sua produção e, a terceira, a renda-dinheiro, na qual o servo tinha a obrigação de comercializar sua produção para conseguir dinheiro, ouro ou prata para realizar o pagamento ao seu senhor. Além dessas apropriações, podem-se citar diversas taxas obrigatórias a serem pagas pelos camponeses, a exemplo de taxa de casamento e taxas à Igreja Católica. (DOBB, 1980).

Nesse estágio de desejo pelo dinheiro desenvolveu-se uma série de práticas e inovações tecnológicas na produção. Dentre as práticas, o desenvolvimento do sistema de empréstimos e, por consequência o bancário, a aplicação de técnicas para o desenvolvimento e ampliação da produção de alimentos e dos artefatos, e para isso novas terras e mais trabalhadores foram incorporadas à produção agrícola. Mas, o crescimento da produção se dava em velocidade maior do que a reprodução populacional dos servos, essa escassez de mão de obra levou os senhores a pagarem por contratação de trabalho temporário. Tais medidas fragilizaram as relações servis e começaram a construir uma força de trabalho independente. Ainda mais que, em paralelo a esse movimento, as atividades urbanas que antes eram incipientes passaram por significativas mudanças em virtude da ampliação do comércio dos produtos oriundos dos excedentes e da própria necessidade da nova vida urbana que se ampliava. O trabalho além de atender às necessidades agrícolas passou a atender as demandas da produção para o mercado, (HUBERMAN, 1980).

No século XI, com a diminuição das guerras, melhoria das condições de vida e crescimento da população ampliou-se o mercado de bens e serviços, forçando maior produtividade, melhor organização da atividade comercial e política, estruturação da moeda, do crédito e estrutura das cidades. Foram seis

séculos de avanços da atividade mercantil, intelectual e política, confrontando a estrutura feudal. À medida que as forças produtivas avançavam, houve aumento do trabalho pago, a difusão dos mercados, da expansão marítima, da cultura e de novas ideias econômicas, enfim, o feudalismo cedia, definitivamente, a predominância do espaço econômico às forças capitalistas, tendo como ápice histórico a Revolução Industrial Inglesa, Séc. XVIII. E o trabalho, tema cerne deste artigo, que ora fora escravo e servil, nesse momento, passa a predominar como assalariado, no novo modo de produção que emergia.

A transição do feudalismo para o capitalismo teve como pano de fundo grandes movimentos sociais, que contribuíram para a mudança. O primeiro aqui a ser citado é o de renovação da Igreja Católica, com as primeiras formações dos Estados nacionais[6], Séc. XIII a XIV. Em seguida pode-se citar grandes conflitos, com a organização das nações, vieram os conflitos entre o Estado e os senhores feudais e também, nessa época, houveram confrontos de interesses dentro da própria Igreja, entre o papado e os reis dos novos estados. Movimentos de oposição a favor de reformas na Igreja emergiram, principalmente, na França e se espalharam por toda Europa, revolta dos camponeses impulsionadas por guerras, epidemias, corrupção, arbitrariedades e pela vontade de liberdade de expressão e de estudar os ideais do renascentismo. A tradução da Bíblia para outros idiomas, principalmente para o Alemão, por Martinho Lutero (1483-1546), difundiu ideias humanistas e modernas, contrárias às indulgências e aos abusos da Igreja Católica. Essa conjunção de fatos denominou-se Reforma Protestante.

Outro movimento que contribuiu como lastro para implementação do modo de produção capitalista foi, de ordem cultural, o Iluminismo, que se desenvolveu principalmente na Inglaterra, Holanda e França, nos séculos XVII e XVIII, deu origem a ideias de liberdade política e econômica, uma das bases do capitalismo. Teve como precursor o matemático René Descartes, (1596 - 1650) que valorizava a razão e criticava o absolutismo, o mercantilismo e o clero. Os pensadores iluministas contribuíram para avanços em diversos ramos das ciências e da sociedade, mas como o tema central desta análise é a evolução histórica das relações de trabalho — que começa a se apresentar como trabalho remunerado a partir deste instante da história —, destacam-se, neste momento, os seguintes pensadores: a) John Locke (1632-1704), defendendo a Teoria do Governo Limitado, as garantias dos direitos naturais, direito à vida, a felicidade e a propriedade. Locke propôs que se o governo abusasse do poder, deveria ser substituído. (FILHO, 1993). b) Voltaire, (1694-1770) um dos maiores filósofos iluministas e grande crítico do regime feudal, do mercantilismo e da Igreja. Defendeu a liberdade de pensamento e de expressão; c) Montesquieu (1698-1755), que propunha a divisão do poder do Estado em executivo, legislativo e judiciário; d) Rousseau (1712-1778), um dos poucos a criticar a burguesia e a propriedade

[6] Os primeiros estados nacionais a serem formados foram Portugal e Espanha e logo depois França e Inglaterra e em seguida a unificação da Itália e da Alemanha. (Portal Educação, 2019)

privada, chamou atenção à desigualdade e aos conflitos sociais, pois propunha que a vontade do povo determinasse as decisões políticas.

Fortemente inspirado pelos ideais iluministas, a população francesa se revoltou contra o governo de Luiz XVI, num levante popular liderado pela burguesia local, denominado Revolução Francesa (1789). A Revolução tomou o poder do rei e o passou a uma Assembleia Constituinte que suprimiu as leis feudais, retirou os privilégios do clero e da nobreza, proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no qual estabelecia a liberdade e que todos eram iguais perante a lei e promulgou a primeira Constituição francesa, 1791 (FURET, 1989).

A Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Francesa, os pensamentos econômicos de Quesnay (1694 – 1774), Adam Smith (1723-1790), Thomas Robert Malthus (1766 – 1834) e David Ricardo (1772 – 1823) foram os pilares da construção do Liberalismo econômico, corrente teórica que alicerçou a Revolução Industrial, que teve sua primeira fase entre 1760-1860 na Inglaterra com o tear mecânico nas indústrias de algodão. E assim, a edificação do trabalho pago.

Desde as transformações provocadas pelas grandes revoluções, o trabalho por salário tornou-se uma situação, em certa medida, protegida pelo direito, um compromisso social e jurídico ordenado aos Estados. Com a nova organização do Estado, o clero e os senhores feudais perdem o protagonismo no exercício do poder e começa a prevalecer burguesia industrial, trazendo consigo, uma concepção de comunidade livre e autônoma e os indivíduos passam a ser tratados como cidadãos. E nesse sentido de homem com direitos, cidadão e livre que se observa a organização do processo de trabalho, a partir de agora, em paralelo com o capitalismo.

Contudo, os frutos dos avanços sociais conseguidos pelas grandes reformas e revoluções não foram repartidos de maneira igualitária por toda sociedade. A maior parte dos lucros e benefícios da nova ordem econômica foram absorvidos pelos donos do capital – a burguesia. Os avanços produtivos e a mecanização dos processos retiraram dos trabalhadores os meios de produção, que a partir desse instante só teriam sua mão de obra para ofertar, não produzem mais para si e, sim para os donos dos meios de produção. E nesse sentido, o trabalho passou a ser considerado uma mercadoria, instrumento no processo de produção e, como tal, pensado para se extrair o máximo de produtividade possível. Uma das primeiras grandes concepções organizativas do trabalho foi a divisão do trabalho de Adam Smith, que separou o homem da compreensão do processo total da mercadoria que estava produzindo. Dividiu as tarefas com foco na eficiência produtiva e na possibilidade de troca do trabalhador como se fosse uma engrenagem, especializou o homem em tarefas simples e rotineiras para se extrair a produção mais rápida possível. As habilidades manuais antes valorizadas perdem espaço para a eficiência da maquinaria, o homem precisa alimentar e monitorar o funcionamento das linhas de produção.

Marx (1993) chamou esse processo de perda de meios de produção, de alienação do trabalho, observa que isso promoveu a divisão do trabalho em manual e intelectual. Os trabalhadores, assim, são distribuídos de acordo com suas aptidões físicas, o processo industrial foi desenhado no intuito de alocar de maneira mais eficiente possível os homens às máquinas, ou às maquinas aos homens em um processo histórico mais adiante a partir dos anos de 1950, mas ambos os processos eram a combinação máquina – homem – tempo, tendo o trabalhador a concepção de instrumento de trabalho e não de ser social e produtivo que gera valor.

Após essa necessária descrição da evolução das relações de trabalho, perpassando pelos modos de produção até o século XX, se percebe que as mutações das relações produtivas, desde a escravidão, mantêm a exploração da grande massa que efetivamente produz valor, os trabalhadores. Tal apropriação da riqueza se deu, primeiramente, pelos nobres e pelo clero e agora pela classe burguesa capitalista. Um fato importante na contemporaneidade a se observar, é que o empresariado burguês tem no Estado moderno um aparato jurídico legal para ordenar os salários baixos e as condições precárias de trabalho, em favor do dito necessário crescimento econômico e ordem pública.

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO

O debate sobre o tema trabalho na idade média, séc. IV a XVIII, foi incipiente, o escravismo, o autoritarismo religioso e o absolutismo, exerceram práticas de inibição à Filosofia e à Ciência. Esse período foi marcado por execuções, prisões e queima de diversas obras, até de bibliotecas inteiras e, a repressão a quem questionasse o sistema social vigente[7] era brutal. Assim, há uma enorme lacuna temporal e intelectual sobre o tema e só a partir de 1800, Georg W. F. Hegel na obra *A Filosofia do Direito* (1985), apresenta um conceito de trabalho (*Arbeit*) numa perspectiva econômica e filosófica que Lucáks (2011) chama de formadora de consciência, isso contribui para os estudos de Marx, que vem a ser um dos mais importantes estudiosos sobre a categoria trabalho, observando o tema a partir de atividade humana básica (QUINTANEIRO, 2003).

[7] China, na dinastia de QIN, queimaram todos os livros contrários à ideologia dominante; No cristianismo os inquisidores instaurados e reis absolutistas, exerceram a mesma prática, Constattino 325 d. C.; C Atanasio de Alexandria, 367 d.C. ; O bispo Cirilo queimou a biblioteca de Alexandria em 435 d.C.; Recaredo I na Espanha, 586 d.C. Manuscritos Judaicos em 1244 em Paris; inquisição Espanhola 1499; enfim, as inquisições católicas queimaram livros na américa, manuscritos maias, 1560, na Alemanha, 1640, na Áustria 1730. Essa prática de imposição da ideologia por queima de produções teóricas filosóficas contrárias ao sistema vigente continuou mesmo no Século XX, adotadas por regimes autoritários na Europa, Hitler e Mussoline, e na América com destaque ao Chile e aos Estados Unidos no século XX. (QUINTANEIRO, 2003)

Nos manuscritos de Marx de 1844, só publicados 80 anos depois de sua morte, traz o que ele chama de Filosofia da Práxis, que tem como categoria central o trabalho humano, uma atividade prática sensível que provê as necessidades cotidianas e naturais e muito mais, constrói o homem enquanto ser social. O homem como resultado de sua atividade produtiva, "é obra de suas próprias mãos" (MARX, 2011, p. 15), que nasce ao engendrar-se ao mundo do trabalho e produz a história e a cultura. Marx extrai a base dessas conclusões de Hegel, a quem acredita ser o primeiro pensador que apreende a essência do que é trabalho e a partir disso avança e deriva outros conceitos relevantes (alienação, exército de reservas, mais-valia, apropriação) que até hoje explicam a realidade do trabalho no modo de produção capitalista. No livro *Formações econômicas pré-capitalistas,* Marx (2011, p. 65), apresenta que:

> Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valoriza-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro [...] como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho [...] do meio material do trabalho.

No processo de trabalho são criados os frutos da atividade produtiva, porém os objetos criados pelo trabalhador são propriedade exclusiva do capitalista. O trabalhador, na medida em que aliena previamente sua mão de obra como mercadoria, aliena o produto de seu próprio trabalho e, na maioria das circunstâncias não reconhece que o objeto criado é o produto do seu próprio trabalho. Para Marx (2009, p. 80),

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sündenfall) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Marx avança em seus pensamentos sobre as concepções da categoria trabalho, analisando e criticando as obras de Smith e Ricardo. Adam Smith publicou seu livro em 1776 e é o primeiro pensador a apresentar o trabalho como geração de valor, numa vertente econômica e que está na base da geração de riqueza do modo de produção capitalista. É importante destacar que essa obra inaugura o campo da Economia como ciência. O autor ao se afastar da Fisiocracia, que estabelecia que a riqueza estava nas terras, vê o trabalho como o eixo fundamental para o crescimento econômico, principalmente com a divisão do trabalho, pedra fundamental de sua análise. A preocupação de Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* consiste em criticar o mercantilismo no intuito de impulsionar o desenvolvimento do pensamento liberal.

Marx critica a obra de Smith, diz que ele não demonstrou preocupação com o desemprego involuntário, que confunde valor de troca com o valor trabalho, e considerou um equívoco as principais crenças das Riquezas das Nações: 1) a de que o mercado desregulado, sob a égide da *mão-invisível*, poderia gerar o equilíbrio nos salários e na oferta de postos de trabalho; 2) De que a divisão do trabalho

era um mecanismo de desenvolvimento da sociedade. Marx (2017, p. 67) considera que "um homem que passa toda a vida a desempenhar algumas operações simples [...] não tem a oportunidade de exercer a inteligência [...] torna-se estúpido e ignorante [...] a subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo". A divisão do trabalho cria riqueza para o capitalista e não para o trabalhador, pelo contrário é alienante ao homem, pois tira dele a compreensão do processo produtivo e permite ao capitalista se apropriar dos resultados da riqueza produzida pelo trabalho.

Smith define o trabalho como a fonte e a medida do valor de troca, o que segundo Marx, é limitado e impreciso. Com base em Smith, Ricardo, ao publicar suas ideias em 1817, quando vai mais adiante, moderniza as concepções de Smith no campo da Economia, mas por outro lado estabelece uma concepção também simplista da teoria do valor trabalho, "O valor de uma mercadoria [...] depende da quantidade relativa de trabalho que é necessária para sua produção e não da maior ou menor compensação que é paga por aquele trabalho" (GRESPAN, 2019, p. 60).

Para Marx, Ricardo não têm a dimensão social da categoria trabalho, para ele o valor vem do custo de trabalho relativo incorporado na mercadoria. Ricardo divide o trabalho em duas partes, o imediato, ação humana direta para produzir algo e o mediato, que se refere ao trabalho incorporado nas máquinas. Ricardo se limita a afirmar que o valor do trabalho é definido apenas pela produção. Para Marx isso também é impreciso, pois o trabalho não é simplesmente uma mercadoria a ser trocada, "a determinação do valor pelo tempo do trabalho produtor da mercadoria constitui, portanto, um nível "interno" que "aparece" num nível externo, no da concorrência ou da circulação das mercadorias, como algo interior que se manifesta". (GRESPAN, 2019, p. 62).

Outra discordância de Marx (2011), está no fato de Ricardo acreditar na desregulamentação do mercado como mecanismo de manter equilíbrio entre o emprego e desemprego, e no fato de não se preocupar com as condições de vida do trabalhador, principalmente quando afirma que os salários deveriam ser mantidos no nível de subsistência dos trabalhadores.

Marx (2011) afirma que David Ricardo não consegue avançar definição da Teoria do Valor Trabalho, pois confunde valor do trabalho com preço. Ao utilizar e aprofundar em seus estudos sobre as concepções da Teoria do Valor, Marx parte do pressuposto de que a produção econômica é uma atividade coletiva, portanto, o valor de uma mercadoria é definido pela quantidade média de horas de trabalho nela incorporada e incluindo nisso o trabalho anterior para produzir as máquinas e matérias primas. Assim, o preço de uma mercadoria deve considerar a quantidade de trabalho nela incorporada.

Os clássicos concebem a Teoria do Valor com princípios simplistas, na qual o trabalho é produto como uma outra mercadoria qualquer, e que pode ser meramente trocado, confusão com valor de troca. Marx contrapõe isso, pois julga que apenas o trabalho é o elemento portador de valor, somente o trabalho humano vivo tem a capacidade de criar valor/riqueza. A compreensão dessa afirmação pode ser obtida na

explicação de Mattei (2003) "O elemento decisivo é o trabalho social, tendo em vista que o valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução, sendo justamente o trabalho social total o responsável pela geração da massa de valor que é repartida entre o capital e o trabalho".

As leituras das obras de Hegel deram apoio aos fundamentos metodológicos e filosóficos para Marx aperfeiçoar as concepções sobre a categoria trabalho. Hegel¸ segundo Lessa (2015, p. 21), é o primeiro autor a escrever que História "é um processo, o passado determina o presente e o presente determina o futuro". Marx lendo isso evolui afirmando que a história começa quando o homem deixa de ser coletor e passa a ter uma relação com a natureza típica de um ser social, o trabalho. O homem passa a transformar o meio ambiente para a sobrevivência. Afirma que o trabalho se constrói primeiro na consciência para depois se materializar no mundo objetivo. O ser social funda-se a si próprio através do processo de trabalho, o indivíduo desenvolve capacidades e habilidades que darão origem às Ciências, Artes e as Ideologias e, nessa consideração, Marx define o trabalho como categoria fundante da sociedade.

Seguindo o prisma marxista chega-se a Lucáks, que é um dos mais importantes teóricos sobre a conceituação moderna de trabalho. Sua vasta obra é discutida em diversos artigos científicos, é referência comum nas teses de doutorado sobre o tema. Em sua obra *O trabalho: ontologia do ser social*, Lucáks, observa um momento histórico extremamente relevante para a compreensão da significância do trabalho, as circunstâncias em que o homem supera a existência "animalesca", a situação de "animal que fabrica ferramentas" e passa a ser muito mais que isso, o que constrói e usa instrumentos e passar a ter o "domínio sobre si mesmo". Ele chama esse instante de "autocriação do homem como homem" e ingressa em um novo ser: o social. Desse modo tal autor pondera que, "esse também é um momento do salto a que nos referimos, da saída do homem da existência meramente animalesca" (LUCÁKS, 2011, p. 46).

Lucáks trata o trabalho numa perspectiva ontológica, da natureza do ser da existência da própria realidade, fundamenta-se numa base teórica hegeliana e marxista e afirma que umas das categorias estruturantes da sociedade é o trabalho, que este contém em seus traços os estágios do desenvolvimento humano quando assume a forma de produção social, (práxis) interação entre o homem e a natureza. (LUCÁKS, 2011, p. 43).

Ricardo Antunes, em leituras que fez sobre Lucáks e Marx, afirma que o capitalismo visa a criação de uma riqueza para ser privada e acumulada e, por isso, destrói a força de trabalho, o meio ambiente e segrega a sociedade. Logo na apresentação de seu clássico livro O*s sentidos do trabalho,* traz a afirmação de que o trabalho exerce um processo contraditório na vida do homem "[...] emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza" e nos convida a estudar o trabalho humano como uma "questão crucial no mundo" (ANTUNES, 2009, p. 12).

Após essa discussão histórica-conceitual, é importante reafirmar a compreensão e o papel do trabalho aceitos neste artigo: Ele insere o homem enquanto ser social, transforma a natureza primitiva – o homem passa a transformar o meio ambiente para a sobrevivência – e essa natureza transformada modifica as relações sociais e o próprio homem – o trabalho é a relação social que altera a vida do sujeito e do meio ambiente – é o principal mecanismo de integração social.

O TRABALHO COMO AGENTE EFETIVO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O trabalho é que gera riqueza!

Nesta seção tem como propósito discutir as relações da categoria trabalho com o processo de desenvolvimento socioeconômico de um país. A riqueza vem do trabalho, uma sociedade com altos índices de ocupação produtiva, remunerada e decente consegue realizar a produção capitalista (consumo) e manter os níveis crescentes de desenvolvimento de um país. Keynes (1986) já tem esta percepção ao escrever seu famoso livro a "A Teoria Geral..." em 1939, principalmente ao afirmar que os governos devem se preocupar em criar em manter postos de trabalho, no intuito de saírem das crises econômicas.

Mas, um grande problema acerca da geração de postos de trabalhos, já fora apontado por Marx (1986), em suas análises sobre o processo de produção do capital, constantes na sua obra O Capital publicado em 1867, quando mostra que a incorporação de progresso técnico no processo produtivo é muito mais acelerado nas máquinas e equipamentos do que na incorporação e/ou qualificação de mão de obra. Essa questão vai se confrontar com a necessidade de aumento do pessoal ocupado e da renda numa sociedade capitalista, ou seja, a tendência natural é a redução da ocupação. Marx em nenhum momento propõe alternativas ao sistema capitalista, no entanto observando suas conclusões, percebe-se que a sociedade devem promover ajustes contínuos no processo produtivos afim de reequilibrar os investimentos na força de trabalho.

Oliveira (2015), traz que nos países capitalistas centrais, EUA e Europa, o processo de produção e incorporação tecnológica se deu numa dinâmica que promoveu uma significativa absorção de força de trabalho. No entanto, mesmo nesses países, esse processo não tem sido historicamente homogêneo, pois em um ou outro período há registros de momentos de instabilidades e desocupações. Nos países periféricos, a exemplo dos localizados na América Latina, a produção e incorporação tecnológica se deram numa estrutura social bem mais desigual. Furtado (2005), chamou de processo "imitativo" e dependente, Pochmann (1986), de capitalismo tardio. Essas características tornaram ainda mais desafiadora a construção de uma camada de trabalhadores ocupados e com capacidade de renda e acumulação que pudessem atribuir ao desenvolvimento econômico desses países.

Nesse sentido, Oliveira (2015) chama a atenção de que aos países periféricos foram condicionados a uma posição de papel auxiliar no processo de desenvolvimento e acumulação dos países centrais. Oliveira (2015, p. 41) ainda traz que nos países periféricos:

> [...] o processo de modernização concentrou-se na agricultura exportadora, com pouca capacidade de irradiação dos benefícios da maior produtividade para os demais setores da atividade econômica. Como contrapartida, configurou-se uma estrutura produtiva espacialmente delimitada, comumente instalada em regiões próximas às áreas costeiras, e que, por esse motivo, urbanizaram-se velozmente, ao tempo que estabeleciam ligações tênues com o interior do território nacional. [...] Nesse sentido, o estilo de desenvolvimento que prevaleceu no capitalismo periférico aliou a implantação de uma estrutura econômica voltada para a oferta de bens e serviços característicos da civilização industrial europeia, com uma distribuição da renda altamente concentrada no topo da estrutura distributiva.

Para avançar na compreensão das relações entre trabalho e desenvolvimento, cabe destacar que o modelo periférico é concentrador do resultado do processo produtivo e impõe, diante da citação de Oliveira, dificuldades na absorção de força de trabalho. Isso se agrava por ser aliado a duas outras características: 1) a fragilidade na regulação das relações de trabalho entre empregado e empregador; e 2) O crescimento populacional foi, nos últimos 50 anos, proporcionalmente muito maior do que a capacidade de oferta de postos de trabalho.

É necessário admitir a diferença de desenvolvimento em relação ao crescimento econômico e que um não é sinônimo do outro. A acumulação de capital pelos detentores dos meios de produção (crescimento) pode-se dar de forma bastante discrepante da melhoria das condições de vida da sociedade. Considera-se por desenvolvimento econômico uma derivação dos conceitos de Celso Furtado (1974) e Francisco de Oliveira (2011), como o conjunto de transformações estruturais econômicas, políticas e sociais que permitam o aumento do nível de produtividade e da renda média dos trabalhadores.

E em segundo, compreendendo as definições de Celso Furtado que um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento não necessita copiar modelos de desenvolvimento de um país desenvolvido, precisa verificar em suas potencialidades, a partir de sua realidade e especificidades o caminho para crescer e se desenvolver. Celso Furtado (1974) em seu famoso livro *O mito do desenvolvimento,* chama de ilusão querer construir um projeto de desenvolvimento reproduzindo modelos de países que se auto intitulam desenvolvidos e faz propostas de reformas estruturais necessárias ao país.

O desenvolvimento econômico e o trabalho têm uma relação indissociável, esse debate está presente nas proposições teóricas de Francisco Oliveira, Celso Furtado e Paul Singer, enfatizavam um pensamento marxista de que *o desenvolvimento econômico era a causa última do desenvolvimento social*[8].

[8] Escritos do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico (1833).

Marx constata que os meios de produção e a acumulação capitalista se multiplicam em velocidades muito superiores e desproporcionais à remuneração dos salários e a oferta de postos de trabalho aos trabalhadores e que isso era um viés ao desenvolvimento social e econômico.

Outro importante teórico defensor da concepção de que o desenvolvimento de uma sociedade se dá pelo bem estar social e não pelo crescimento econômico, é o indiano, Amartya Kumar Sen, prêmio Nobel de Economia (1998), professor emérito da Universidade de Cambridge, considerado o "pai do IDH[9]", em 1990, com o paquistanês Mahbub ul Haq. Amartya Sen, como é mais conhecido, principalmente por sua obra "*Desenvolvimento como Liberdade"*, considera que fatores sociais como capacidade de consumo da população, educação e saúde são fatores importantes na quantificação do Desenvolvimento Humano. Sen defende que o Estado em suas políticas deve combater as desigualdades sociais prestando serviços que possibilitem a construção de uma nova sociedade mais digna, com enfoque na educação, saúde e proteção das minorias. A relação direta de trabalho, saúde, educação com o desenvolvimento e amplamente defendida por Sen, em sua obra "*Pobreza e Fome: Um Ensaio sobre Direitos e Privação*", a fome não é somente causada pela falta de alimentos, mas dificuldade de acesso aos mesmos, em uma sociedade em que trabalhadores não conseguem comprar seus alimentos, há fome mesmo havendo alimentos disponíveis (SEN,1999).

O desenvolvimento econômico deve se alicerçar em um processo de industrialização, modernização, incorporação de tecnologia, aproveitamento de conhecimento, mão de obra e recursos naturais no sentindo de provocar mudanças positivas nas condições socioeconômicas e nas vidas dos trabalhadores. Um processo dinâmico e efetivo. Keynes (1988) enfatiza que cabe ao Estado o processo indutor de criação e manutenção de postos de trabalho e que isso é condição para o desenvolvimento. Furtado (1988) observando que o Brasil apesar de ter muito mais riquezas, é mais atrasado do que a Argentina, Chile, México e Uruguai, então há algo historicamente construído na produção do desemprego e da miséria, e que cabe ao Estado reparar e corrigir essa distorção.

Dado que um país pode até crescer economicamente, mediante a expropriação de suas riquezas naturais, alienação e exploração de sua força de trabalho, mas, desta forma será um produtor de miséria social, e tal modo de que o crescimento percebido em países latinos e sul-africanos, conforme referencial citado neste artigo, alimentou o desenvolvimento de países centrais. E que, no caso do Brasil é necessário pensar em um modelo próprio, que aproveite suas riquezas naturais, desenvolva tecnologias próprias e crie internamente as condições de absorção de mão-de-obra de forma decente com capacidade de consumo.

Os postos de trabalho decentes são fatores incondicionais para a manutenção do desenvolvimento econômico efetivo, mas são consequências de uma série de outras medidas necessárias ao

[9] Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

desenvolvimento de uma sociedade. Este artigo, chama isso de condições estruturantes da produção, termo utilizado nos escritos do economista Fernando Pedrão, o qual aponta a infraestrutura energética e educacional, como elementos fundamentais para possibilitar o crescimento econômico, a geração de emprego e posteriormente a efetivação do desenvolvimento (PEDRÃO, 2005).

Neste sentido de forma indutiva a partir dos indicativos de Pedrão e apoiado na teoria de Celso Furtado, que utiliza a expressão 'condições necessárias para o desenvolvimento', este estudo compreende a necessidade de estudar a expansão do apontamento de Pedrão para cinco dimensões, o que se vem a chamar aqui de condições estruturantes para o desenvolvimento econômico: a) Infraestrutura energética; b) Disponibilidade de potencial produtivo; c) Infraestrutura Educacional e Tecnológica; d) Infraestrutura Logística; e e) Infraestrutura Monetária, Política e Jurídica. E de que o desenvolvimento socioeconômico do Brasil realmente poderá acontecer quando for perceptível no país políticas e ações que transforem positivamente tais dimensões.

CONSIDERAÇÕES

Ao decorrer da exposição a respeito da evolução das relações de trabalho, perpassando pelos modos de produção até a consolidação do capitalismo, se percebe que as alternâncias nas relações produtivas, desde o período escravista, mantêm a exploração da grande massa que efetivamente produzem valor, os trabalhadores. O acúmulo da riqueza se deu, primeiramente, pela nobreza e clero, e agora se dá por uma classe burguesa capitalista. Ou seja, pelos dominadores dos bens de produção, que por conta disso, obtiveram poder político e social. Um fato importante na contemporaneidade a se observar, é que o empresariado burguês tem no Estado moderno o garantidor de seus mecanismos de exploração, a medida que governos criam instrumentos jurídicos de validam a exploração da classe trabalhadora.

Neste artigo foi realizado uma discussão histórica-conceitual sobre o papel do trabalho e adota a concepção de ele insere o homem enquanto ser social, transforma a natureza primitiva, modifica as relações sociais e o próprio homem, e configura-se como principal mecanismo de integração social.

Com base nos grandes autores clássicos citados, adota-se a premissa de que a sociedade e estado devem se empenhar em produzir um mercado de trabalho menos fragmentado, com a amplificação das relações assalariadas, sujeitas à proteção social e a homogeneização das condições de trabalho e, assim, registrar avanços e retirar as pessoas das condições precárias de vida e trabalho, reduzir a exclusão econômica, social e as desigualdades regionais. E que isso é uma condição essencial ao desenvolvimento socioeconômico.

Uma das questões conceituais que marcou este estudo, é precisamente a compreensão acerca da relação entre trabalho e desenvolvimento, por meio das transformações e exigências temporais. Para

esclarecer as concepções teóricas discutidas no âmbito deste artigo, julgou-se conveniente a análise dos condicionantes do desenvolvimento do mercado de trabalho, pois a economia reflete em maior ou menor densidade os aspectos vigentes em sociedade. O processo de continuidade no desenvolvimento econômico e manutenção de postos de trabalho, está fundamentado sobre os pontos estruturantes da produção da riqueza, da renda e do fortalecimento do mercado de trabalho.

Vislumbrou-se, neste artigo, que um dos fatores principais para o efetivo desenvolvimento socioeconômico é a criação de emprego, meio em que a remuneração do trabalho permite a manutenção das condições essenciais à vida. O trabalhador, por esse meio, deve ter liberdade para exercer o consumo de produtos e serviços que lhe permite não apenas sobreviver, mas a exercer a plena cidadania, viver com atendimento à saúde, segurança física e social, moradia, educação e lazer próprio e de seus familiares. Ou seja, que permita torna-se um ser social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A. **Os Sentidos do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo.** 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980

FILHO, Milton B. B. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione.1993.

FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento:** enfoque histórico – estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento:** enfoque histórico – estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Celso. **Uma política para o desenvolvimento do Nordeste**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19, dez. 1987.

GRESPAN, Jorge. **Marx, crítico da teoria clássica do valor**. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03gresp.pdf> Acessado em abr. 2019.

HARVEY, David., O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas, in **Revista Espaço e Debates**, n° 06, São Paulo: Cortez, jun./set. 1982.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio:** 1830. [tradução MENESES, Paulo] São Paulo, Loyola, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

KEYNES, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda,** Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LESSA, Sergio**. Lukács:** trabalho, objetivação, alienação**.** Trans/Form/Ação, São Paulo, 15: 39-51, 1992.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social** – O trabalho. Tradução de Ivo Tonet. A Foice e o Martelo, 2011.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 43

MARX, Karl. **Introdução à Contribuição da Crítica da Economia Política**. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico - Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia:** resposta a Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. Vol. VI. Trad. Reginaldo Sant´Anna. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro II. Vol. VI. Trad. Reginaldo Sant´Anna. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III. Vol. VI. Trad. Reginaldo Sant´Anna. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MATTEI, Lauro. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003.

PEDRÃO, Fernando. **Economia, Política e Poder:** Na periferia globalizada. Salvador: Editora JusPodivm, 2009.

POCHMANN, Marcio**.** Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados** 29 (85), 2015. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500002>

POCHMANN, Marcio. ANTUNES, Ricardo**. Alguns desafios do mundo do trabalho.** São Paulo: Estudos Avançados, Nov. 2018.

POCHMANN, Marcio. **Brasil: segunda grande transformação no trabalho?** São Paulo: Estudos avançados 28 (81), 2014.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no brasil: Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho.** Disponível em < http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF> Acesso em novembro de 2018.

POCHMANN, Marcio. **Educação e trabalho**: Como desenvolver uma relação virtuosa? Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.

POCHMANN, Marcio. MORAES, Reginaldo. **Classe trabalhadora e luta política capitalismo, no início do século** XXI. São Paulo, Jul. 2017.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação.** Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2008.

QUINTANEIRO, Tania. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Modo de Produção Escravista e a Sua Influência na Percepção da Sociedade Judaica no Pós-Exílio. In: COSTA, Ricardo da. **Mirabilia.** Jun-Dez 2005/ISSN 1676-5818. Disponível em: <https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2004_03.pdf>

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização.** São Paulo: Editora Record, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: CIA Letras, 2010.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações:** Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Masdras, 2009.

WEBER, Max. **Conceito e categorias da cidade** In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, 1967.